

Guarapuava durante o século XIX: Propriedade de escravos, pecuária e agricultura de alimento.

Fernando Franco Netto
Professor Doutor - Departamento de Economia - UNICENTRO.

1. Introdução

A partir dos dados das listas nominativas de habitantes dos anos de 1828, 1835 e 1840, de alguns inventários *post mortem* e dos registros do Recenseamento Geral do Brasil do ano de 1872, analisamos a propriedade de Guarapuava, bem como informações sobre as atividades dos escravistas e seu comportamento ao longo do tempo, abordando a composição dos plantéis dos escravistas e a distribuição de sua escravaria pela propriedade.

Na primeira metade do século XIX, observam-se fortes movimentos migratórios para a localidade em função das políticas de expansão da fronteira e de povoamento da região. Guarapuava é uma localidade com atividades voltadas para a pecuária e a criação de animais e com uma agricultura de alimentos ainda em formação.

Em 1828, essa localidade possuía 55 domicílios, com 16 deles sendo propriedades de escravistas, o que representa 29,1% das propriedades. Dessas 16, apenas uma era propriedade de absenteísta. Não conseguimos, porém, identificar as atividades em que os escravistas estavam envolvidos, pois os dados de 1828 não são completos. Só a partir dos registros da lista seguinte, a de 1835, é que conhecemos essas atividades, pois discriminam tanto a ocupação dos chefes de domicílios, como as diversas atividades em que estavam envolvidos – muitos tinham mais de uma atividade além da produção anual de suas propriedades.

Nessa lista de 1835, encontramos o registro de 148 domicílios, 19 dos quais absenteístas. Havia escravos em 9 destes e em outras 21 propriedades, o que perfaz o total de 30 propriedades com escravos, ou 20,3% dos domicílios. Em 1840, os domicílios eram em número de 143, com 2 propriedades pertencentes a absenteístas. No total, são 26 propriedades com escravos, portanto, 18,2% da amostra de domicílios.

A partir desses dados, podemos traçar o perfil dos proprietários e de suas propriedades, utilizando alguns indicadores que achamos importantes a fim de entender como estava composta a propriedade escrava em Guarapuava na primeira metade do século XIX. É fundamental entendermos que a economia local estava basicamente integrada à atividade de criação e comercialização de animais, bem como às atividades

relacionadas à agricultura de alimentos. Isso é demonstrado quando apresentamos o quadro 11 com a ocupação dos proprietários.

No quadro 1, são apresentadas informações dos escravistas quanto ao número de propriedades para cada período das listas, o sexo do chefe da propriedade, o estado conjugal de cada um deles e a cor. Essas informações são importantes para traçarmos o perfil demográfico dos proprietários de escravos em cada período analisado.

Quadro 1. Características dos proprietários de escravos – Guarapuava – Anos Selecionados

Discriminação	1828		1835		1840	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Nº Propriedades	16	-	30	-	26	-
Sexo:						
Masculino	16	100%	28	93,3%	25	96,0%
Feminino	-		2	6,7%	1	4,0%
Estado Conjugal:						
Solteiro	4	26,7%	2	9,1%	17	26,1%
Casado	11	73,3%	20	90,9%	6	73,9%
Viúvo	-	-	-	-	-	-
Cor:						
Branca	12	80,0%	19	86,4%	21	91,3%
Parda	3	20,0%	3	13,6%	2	8,7%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Gutierrez, em seu clássico estudo sobre os escravos e os senhores no Paraná, observa que, no Litoral, nos anos de 1804 e 1824, o percentual de proprietários de escravos foi de 20,3% e de 18,8%, respectivamente. Para o Planalto, esses números foram de 20,7% e de 18,9%, respectivamente¹. Dessa forma, Guarapuava mostrava suas especificidades de fronteira recente em comparação às outras áreas do Paraná, pois num período em que a propriedade de escravos estava na média de aproximadamente 19,0%, Guarapuava apresentava números em torno de 29,0%. Entretanto, não devemos esquecer que a região dos Campos Gerais mostrava diferenças com relação às outras áreas, visto que os proprietários de escravos de Castro, por exemplo, participavam com 25,7%; Palmeira com o surpreendente valor de 45,5% e Ponta Grossa com 27,1%.

¹ GUTIERREZ, Horácio. “Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830” Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1986. p. 29.

Assim, parece que a região como um todo se mostrava bastante peculiar em relação às outras áreas do Paraná.

Dessa forma, Guarapuava se apresentava como uma localidade de fronteira aberta, onde as propriedades eram caracterizadas por indivíduos que estavam chegando a todo o momento, mesmo porque, considerando o seu povoamento a partir do ano de 1810, a partir de quando foi definitivamente ocupada, até o ano de 1840, são 30 anos de intervalo. Assim, se considerarmos os indivíduos que possuíam escravos em 1828 e suas idades, verifica-se que o proprietário mais jovem possuía a idade de 22 anos, logo, todos eles eram migrantes. Em 1835, conforme já observado anteriormente, há 19 novos proprietários de escravos, sendo que apenas 1 já estava na localidade. Portanto, a maioria das propriedades pertence a novos habitantes que estavam chegando em Guarapuava naquele ano.

No ano de 1840, o perfil dos proprietários se modifica, pois são 9 proprietários de escravos de um universo de 26 propriedades. Além disso, destes, 2 já estavam na localidade nos anos anteriores. Enfim, das 26 propriedades de Guarapuava neste ano, apenas 7 são de “novos habitantes”. Pode ser que sua população estava se estabilizando no período, entretanto, podemos concluir que a grande maioria não era de indivíduos originários de Guarapuava.

Assim, identificamos que a grande maioria dos proprietários de escravos de Guarapuava era casada, com poucos solteiros e nenhum viúvo fazendo parte dessa classe de proprietários, apesar de o comportamento relativo ser diferente nos anos selecionados. O fato de a maioria ser composta por casados e de não haver viúvos demonstram a idade possivelmente jovem da população.

2. Idade média, domicílio e ocupação dos proprietários de escravos

As informações sobre as idades dos proprietários de cativos fortalecem a idéia de que a localidade tinha suas especificidades de fronteira recente, com fluxo populacional intenso. A maioria estava envolvida com as atividades da pecuária, criação de animais, invernagem, tropeirismo e agricultura de alimentos. As propriedades estavam formadas principalmente por casais casados, com filhos e agregados. Isso pode ser avaliado a partir dos dados incluídos no quadro 2.

Quadro 2 – Idade média, domicílios e ocupação dos proprietários de escravos.

Discriminação	1828		1835		1840	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Idade Média:						
. Proprietários	35,3		39,8		40,5	
. Cônjuges	28,4		30,3		32,4	
Espécie Domicílios						
Domicílios Singulares:	4	25,0%	2	6,7%	6	23,1%
. Solteiros Sós	1	6,2%	-	-	1	3,8%
. Solteiros Sós com agregados	3	18,8%	2	6,7%	5	19,1%
Domicílios Simples:	11	68,7%	19	63,3%	18	69,2%
. Casais	1	6,2%	4	13,3%	1	3,8%
. Casais com agregados	2	12,5%	9	30,0%	-	-
. Casais com filhos	5	31,2%	3	10,0%	5	19,1%
. Casais com filhos e agregados	3	18,8%	3	10,0%	12	46,3%
Domicílio Absenteísta:	1	6,2%	9	30,0%	2	7,7%
. Sós	-	-	5	16,7%	-	-
. Com agregados	1	6,2%	4	13,3%	2	7,7%
Total de Domicílios	16	100,0%	30	100,0%	26	100,0%
Ocupação:						
. Criação/Lavoura	10	62,5%	27	90,0%	17	65,4%
. Lavrador	2	12,5%	-	-	3	11,5%
. Negociante	-	-	-	-	1	3,8%
. Secos & Molhados	-	-	1	3,3%	-	-
. Inspetor	-	-	-	-	1	3,8%
. Padre	-	-	-	-	1	3,8%
. Sapateiro	-	-	1	3,3%	1	3,8%
. Carpinteiro	-	-	1	3,3%	-	-
. Soldo Militar	-	-	-	-	2	7,7%
. Indeterminada	4	25,0%	-	-	-	-
Total Ocupações	16	100,0%	30	100,0%	26	100,0%

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

A idade média dos proprietários é jovem em todos os períodos selecionados. Apesar de evoluir a cada lista, percebe-se que a diferença entre a idade média registrada em 1840 em comparação com a idade média registrada em 1828 é de apenas 5,2 anos. Isso é interessante, visto que o intervalo entre as duas listas é de 12 anos, portanto,

como já relatado anteriormente, os proprietários de escravos em Guarapuava estavam não só formando e consolidando suas posses, como também migrando para a região. Da mesma forma, as características dos cônjuges são muito parecidas, pois nesse mesmo intervalo de 12 anos sua idade média cresce menos do que a dos proprietários, apenas 4,0 anos².

O crescimento da idade média entre os anos de 1828 e 1840 está relacionado com o maior número de proprietários nas faixas etárias mais avançadas. Apesar disso, não se verificou crescimento nos casamentos em Guarapuava, pois, conforme os números do quadro 1, percebe-se que os proprietários casados perfazem 73,9%, enquanto que esse percentual foi de 90,9% em 1835, reduzindo para 73,9% em 1840. Tais índices se refletem na composição dos domicílios, pois, conforme pode ser visto no quadro 1, os classificados como “simples” reduzem sua participação de 68,7% para 63,3% em 1835, voltando a aumentar para 72,0% no ano de 1840. A redução que ocorre no ano de 1835, é reflexo do crescimento nos domicílios caracterizados como “absenteístas”, que pula de 1 para 9 domicílios, afetando, portanto, o porcentual a ser distribuído para os outros domicílios

Quadro 3 – Idade média dos escravistas por tamanho do plantel.

Faixa de Plantel	1828		1835		1840	
	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média
1	8	33,1	7	39,1	3	35,3
2	1	28,0	6	43,1	9	40,1
3	2	40,5	3	31,3	3	42,0
4	2	37,0	3	37,3	2	45,5
5			2	37,0	3	37,3
6	1	34,0	1	47,0	1	58,0
7					1	28,0
8						
9					1	32,0
10 +	1	49,0	1	56,0	1	58,0
Total	15	35,3	23	39,8	24	40,5

² O cálculo da média de idade para os proprietários, bem como para os cônjuges, foi o resultado do somatório de todas as idades registradas nas listas dividido pelo número de registros encontrados. Cabe ressaltar que todos os proprietários na amostra são masculinos, pois as poucas mulheres não apresentaram registro de idade nas listas.

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Verificando por tamanho do plantel, observamos que a idade média dos proprietários para a faixa com apenas um escravo se altera com relação à lista de 1835, com média de idade maior do que o intervalo entre as listas. Entretanto, para o ano de 1840 essa configuração se altera com a idade média dos proprietários se reduzindo para 35,3 anos. Ocorre que, dos oito proprietários listados em 1828, apenas dois continuam listados em 1835, com idade média de 45,5 anos, e cinco são novos proprietários, com idade média de 36,6 anos. Além disso, entre 1835 e 1840 há uma significativa redução no número de propriedades nessa faixa de plantel, com duas propriedades permanecendo entre uma lista e outra, cujos proprietários apresentavam idade média de 43,0 anos. Por fim, houve a migração para Guarapuava de um proprietário com a idade de 20 anos.

Para os proprietários com 2 escravos, a média de idade muda significativamente entre as listas, muito influenciada pelo número de proprietários, que cresce nos anos de 1835 e 1840, mas também pela possível consolidação dessas propriedades na localidade. Como pode ser observado no quadro 3, havia apenas uma propriedade nessa faixa de tamanho em 1828, enquanto que na lista de 1835 havia seis, sendo que a única propriedade de 1828 muda para uma outra faixa. Portanto, alguns dos proprietários com posse de dois escravos em 1835 são novos na localidade e quatro deles já estavam em Guarapuava em 1828, mas pertenciam a outra faixa de tamanho de plantel.

Em 1840, novamente se constata acréscimo de proprietários nessa faixa de tamanho de plantel, mas a idade média dos proprietários se reduz de uma lista para a outra. Dos nove proprietários em 1840, apenas dois já estavam na lista anterior, apresentando idade média de 39,0 anos; dois pertenciam a uma outra faixa de tamanho de plantel e apresentam idade média de 67,5 anos e cinco são novos moradores, com idade média de 29,6 anos.

Apesar de permanecer praticamente estável o número de propriedades com três escravos, a idade média dos seus proprietários varia bastante no período analisado. De 40,5 anos em 1828, reduz-se para 31,3 em 1835 e avança para 42,0 anos em 1840. Os dois proprietários de 1828 mudam de faixa de tamanho de seus plantéis. Pela idade registrada na lista em 1835, supõe-se que a idade média em 1828 é de 52,5 anos.

Portanto, a alteração da posse afetou a idade média das propriedades com três escravos. Dos três proprietários registrados em 1835, um, de 24 anos, tinha dois escravos em 1828 e os outros dois são novos na localidade, apresentando idade média de 35,0 anos. Obviamente os números pequenos da amostra devem ser considerados para se explicar essas variações.

Com relação à estrutura domiciliar dos proprietários com escravos, é interessante verificarmos sua distribuição, considerando algumas peculiaridades da propriedade. Em 1828, os domicílios simples eram maioria, com 68,7%. O tipo de domicílio formado por casal com filhos é o mais freqüente, com 31,2%. Num segundo plano, observa-se o domicílio formado por casal com filhos e agregados, com 18,8%. Não deixam de ser importantes os tipos de domicílios formados por solteiros sós, caracterizados como “singulares”, pois sua participação é de 25,0%.

Para o ano de 1835, constatamos importantes alterações com relação aos tipos de domicílios. Percebe-se que, apesar do crescimento no número de domicílios simples, a participação percentual desse tipo de domicílio no total se reduz de 68,7% para 63,3%. Isso acontece em função dos domicílios formado pelos “absenteístas”, que atingem o percentual de 30,0%. Além disso, o domicílio formado por casal com filhos cai de 31,2% para 10,0%. Isso porque os domicílios formados por casal sem filhos e aqueles com agregados estão crescendo na localidade, pois, se participavam com 18,7%, em conjunto, no ano de 1828, em 1835 sua participação salta para 43,3%.

No ano de 1840, com a redução de domicílios caracterizados como de “absenteístas”, a participação do domicílio do tipo simples volta a crescer no conjunto dos domicílios, pois participa com 72,0%. Entretanto, o domicílio singular também volta a crescer em termos absolutos e relativos no total, pois, se sua participação havia se reduzido para 6,7% em 1835, em 1840, participa com 24,0%. Portanto, o domicílio simples é aquele que predomina em Guarapuava no período.

Algumas variações importantes acontecem nos anos selecionados com relação aos proprietários e suas propriedades. Primeiramente, há a importante condição que assumem os domicílios “absenteístas” no ano de 1835. Esse tipo de propriedade foi uma das características da região dos Campos Gerais no Paraná. Os proprietários procuravam terras para alargar suas posses e sua criação, ao mesmo tempo em que organizavam essa unidade com administradores, capatazes, feitores, escravos e agregados.

Os domicílios formados por casais com filhos reduzem sua participação de 50,0% em 1828 e passa a ser de 20,0%. É o que acontece também com os domicílios

		1	2	3	Animais	Produção (alq.)	
Antonio Jose Souza	Omissa	Criação	Milho	-	13	40	Lavrador
Antonio Rocha Loures	Capitão	Militar	Milho/feijão	Criação	284	555	Fazendeiro
Atanagildo de Almeida	Omissa	-	-	-	-	-	-
Atanagildo Jose Mendes	Omissa	-	-	-	-	-	-
Domingos Inácio Araújo	Capitão	Criação	Milho/feijão	-	698	176	-
Francisco Aires Araújo	Omissa	Criação	Milho	-	328	145	-
Francisco Mendes Araújo	Omissa	-	-	-	-	-	-
Jacinto Mendes Araújo	Omissa	Criação	Milho	-	44	35	-
Jacó Dias Siqueira	Omissa	Criação	Milho/feijão	-	138	260	Estancieiro
Jerônimo Jose Caldas	Omissa	Criação	Milho/feijão	-	104	45	Omissa
Joaquim Batista Santos	Omissa	-	-	-	-	-	Lavrador
João Carvalho Assunção	Omissa	Criação	Milho/feijão	-	62	162	Inspetor
Jose Siqueira Cortes	Omissa	Criação	-	-	84	57	G.Nacional
Manoel de Souza	Omissa	-	-	-	-	-	-
Manoel Mendes Araújo	Alferes	Criação	Milho/feijão	-	299	126	Estancieiro
Manuel Ferreira Santos	Omissa	Criação	Milho/feijão	-	237	160	-
Ana Maria Jesus	-	Criação	Milho/feijão	-	259	87	-
Benedito Mendes Araújo	-	Criação	-	-	30	-	-
Benjamim Jose Gonzaga	-	Militar	-	-	-	-	-
Bernardino Jose	-	Criação	Milho/feijão	-	52	66	Omissa

Lacerda							
Clara Magdalena Santos	-	Criação	Milho/feijão	-	200	34	Omissa
Elias Jose Espírito Santo	-	Carpinteiro	Milho/feijão	Criação	10	47	Sapateiro
Francisco Ferreira Rocha	-	Milho	Criação	-	57	75	-
Francisco Manoel Luz Franco	-	Criação	Milho	Escrivão	18	5	-
Hermenegildo Alves Araújo	-	Criação	-	-	15	-	Estancieiro
Ilegível	-	Criação	Milho/feijão	-	-	-	-
João Lustosa Menezes	-	Criação	Milho/feijão	-	70	156	G.Nacional
João Mendes Araújo	-	Criação	Milho/feijão	-	160	48	-
Joaquim Jose Lacerda	-	Juiz	Milho/feijão	Criação	64	55	Fazendeiro
Joaquim Mateus Silva	-	Criação	Milho	-	29	25	-
José de Almeida	-	Criação	Milho/feijão	-	260	127	-
Lucas Santos Cardoso	-	Criação	-	-	52	-	-
Ponciano Jose Araújo	-	Milho/feijão	Criação	-	58	132	Padre
Silvério Antonio Oliveira	-	Secos & Molhados	-	-	-	-	Negociante
Teodoro Ferreira	-	Criação	Milho/feijão	-	222	66	-
Antonio Sá Camargo	-	-	-	-	-	-	Fazendeiro
Domingos Floriano Machado	-	-	-	-	-	-	Criador
Francisco Antonio Rocha	-	-	-	-	-	-	Lavrador
Francisco Antonio da Silva	-	-	-	-	-	-	G.Nacional
Francisco Inácio Araújo Pimpão	-	-	-	-	-	-	G.Nacional

Joaquim Jose Souza	-	-	-	-	-	-	Capataz
Joaquim Mateos	-	-	-	-	-	-	Omissa
José Mendes Araújo	-	-	-	-	-	-	Criador
Jose Francisco	-	-	-	-	-	-	Capataz
Pedro Jose Pereira	-	-	-	-	-	-	Fazendeiro

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1828, 1835 e 1840. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Museu do Tropeiro em Castro, PR.

Seguindo nossa hipótese de trabalho, cruzamos as informações com a lista de 1835, que, por estar mais completa, ajudou-nos a definir melhor as atividades em que os proprietários estavam envolvidos.

Sendo assim, dos onze proprietários que consideramos na atividade da criação e/ou agricultura, dois possuíam registro como “capitão” (Antonio da Rocha Loures e Domingos Inácio de Araújo); um (Manoel Mendes de Araújo) estava registrado como “alferes” e os demais não possuem registro de suas atividades.

Cruzando as informações com a lista de 1835, pode-se verificar que os dois proprietários registrados com o título de capitão possuíam também a atividade de criação e lavoura e, em conjunto, produziram no total 982 cabeças entre gado vaccum, cavalariço, muar, porcos, ovinos e cultivaram aproximadamente 731 alqueires de milho e/ou feijão. Logo, está claro que a denominação “capitão” não implicava ser esta a atividade principal dos indivíduos.

Tal denominação era atribuída, muitas vezes, àqueles que possuíam para o Império condições de liderança compatíveis com sua posição hierárquica na sociedade, mesmo porque, um dos principais objetivos do povoamento de Guarapuava era desenvolver atividades econômicas compatíveis com sua vocação, com muitas extensões de terra apropriadas para a agricultura e a pecuária. Os dados de 1835 não deixam nenhuma dúvida de que esses indivíduos estavam com suas atividades voltadas para a criação de animais e de produção agrícola.

Da mesma forma que identificamos as atividades dos três proprietários anteriores cruzando as informações com os registros de 1835, procuramos identificar a atividade daqueles para o qual havia o registro de “indeterminada”. Assim descobrimos, por exemplo, que Antonio José de Souza tinha atividades de criação e de lavoura de milho, pois é isso que aparece registrado em 1835. Entretanto, pelos números de sua

produção – 13 cabeças de gado vacum, muar e cavalar e 40 alqueires de milho –, recorremos também aos registros de 1840, que apresentam a lavoura como sua atividade principal.

Outro exemplo é o caso do proprietário Joaquim Batista dos Santos, cujo registro de atividade aparece somente na lista de 1840, definindo-a como lavoura. Assim, concluímos ser esta a sua ocupação.

Com relação aos outros sete proprietários cuja atividade estava classificada como “omissa”, através dos cruzamentos das listas, concluímos que estariam inseridos nas atividades de “criação e lavoura”, visto que, em conjunto, produziram 997 cabeças de gado vacum, muar, cavalar, suínos e ovinos, além de cultivarem 864 alqueires.

Dos trinta proprietários com escravos em 1835, optamos por classificar 27 deles com atividade principal relacionada à “criação e lavoura”, pois nessa lista estavam registradas outras atividades pelas quais os chefes de domicílios se ocupavam como “juiz”, “padre” e “militar”.

Para alguns proprietários, porém, não foi possível identificar com clareza a atividade principal. É o caso, por exemplo, de Benjamim José Gonzaga, para o qual há o registro de estabelecimento “estacionado” referente a sua atividade em 1835, bem como o de “militar” recebendo “soldo” e a informação de que estava “em diligência para a capital da província”. Como ele não tem registro tanto na lista de 1828 como na de 1840, deduzimos que estava de passagem em Guarapuava no período.

Outro exemplo é o caso de Francisco Manoel da Luz Franco, que, apesar de ter em seus registros as atividades de “criação e lavoura”, apresenta produção, em princípio, reduzida para os padrões que verificamos para os outros proprietários que possuíam esse tipo de atividade como principal. Esse proprietário produziu, pelos registros, 18 cabeças entre gado vacum e cavalar e 5 alqueires de milho. Além disso, ele possuía um outro registro como “escrivão almoxarife de expedição”, com observação de que era “ótimo para ocupar qualquer emprego pois é dotado de boas qualidades tanto físicas como morais. Seu emprego é de escrivão do almoxarife de expedição”. Verificando os registros de 1840, sua atividade principal aparece como “empregado público”.

O caso de Joaquim José de Lacerda também desperta interesse, pois, segundo a lista de 1835, ele se ocupava em várias atividades: “juiz de paz”; produção de “lavoura de milho e feijão” e “criação”. Supusemos, então, que ele tinha como atividade principal

aquela ligada à sua propriedade, o que se confirma ao analisarmos os registros da lista de 1840, em que aparece como “fazendeiro”.

Finalmente, temos o caso de Ponciano José de Araújo, que, na realidade, era o único padre local. Entretanto, pelos seus registros, identificamos que ele possuía grandes extensões de terra e praticava as atividades de “criação e lavoura”, pois produziu 58 cabeças entre gado vacum, cavalariço, caprinos e suínos, além de cultivar 132 alqueires.

Assim, os 27 proprietários registrados com a atividade de “criação e lavoura” produziram em suas propriedades aproximadamente 3.800 cabeças entre gado vacum, vaca, cavalariço e outros e aproximadamente 2.600 alqueires de lavoura. Tal indicador é representativo, considerando-se que a região ainda estava sofrendo o impacto das fortes migrações, bem como da consolidação de suas atividades econômicas.

Com referência aos dados da lista de 1840, também cabem algumas explicações adicionais quanto à distribuição das atividades dos proprietários de escravos, visto que percebemos possíveis equívocos em alguns registros quando os cruzamos com a lista de 1835.

Primeiramente, encontramos quatro registros da atividade “guarda nacional”, o que não identifica para nós uma atividade profissional em si. O que nos parece mais coerente é que esses proprietários tinham como atividade principal a “criação e lavoura”, mesmo porque, ao cruzarmos os dados com a lista de 1835, verificamos, por exemplo, que na propriedade de José Siqueira Cortes se praticava tanto a atividade de “criação” como de “lavoura”, pois contava com 84 cabeças e de 57 alqueires de lavoura. O mesmo acontece com o proprietário João Lustosa de Menezes, que produziu 70 cabeças de animais em sua propriedade e 156 alqueires de lavoura no ano de 1835.

Quanto aos dois outros proprietários com atividade de “guarda nacional”, apesar de não termos outras informações sobre seus domicílios, visto que eles aparecem registrados somente na lista de 1840 – na qual não há referências quanto ao tipo de domicílio nem registros de produção, número de animais ou terras agricultáveis –, supusemos que possuíam posses de terra na região, visto que pertenciam aos seus domicílios 5 escravos e 1 agregado, no caso do proprietário Francisco Antonio da Silva, e 7 escravos e 2 capatazes, no caso de Francisco Inácio de Araújo Pimpão. Essas são características de domicílios relativamente importantes na localidade, uma vez que os padrões de estrutura de posse das propriedades é de 1 a 4 escravos.

Não encontramos registro de atividade para outros quatro proprietários, então a caracterizamos como “indeterminada”. Entretanto, da mesma forma que fizemos com os outros proprietários, cruzamos as informações dessa lista – 1840 com os dados da lista de 1835 para que pudéssemos encontrar alguma pista que nos ajudasse a defini-la. Assim, o proprietário Jerônimo José de Caldas, pelas informações de 1835, produziu 104 cabeças de animais, bem como 45 alqueires de lavoura; Clara Magdalena dos Santos possuía uma propriedade na localidade na condição de absenteísta, com 200 cabeças e 34 alqueires de lavoura e a atividade de Bernardino José de Lacerda estava registrada como de “criação e lavoura de milho e feijão”. O proprietário Joaquim Mateos, porém, não possui registros nas listas anteriores à de 1840, em que sua propriedade com a característica de “estância”, ou seja, provavelmente se trata de uma propriedade absenteísta com posse de cinco escravos, portanto, sua estrutura de posse estava acima da média da localidade.

Para que esses dados fiquem mais evidentes em nossa análise, procuramos demonstrar a partir dos registros de terras realizados na Vila de Guarapuava nos anos de 1854 a 1857 que a maioria desses proprietários tinha atividades fortemente voltadas para a criação e a invernagem de animais, bem como da agricultura de alimentos.³

Quadro 5 – Registro de terras – Guarapuava – segunda metade do século XIX

Proprietário	Ano Registro	Local	Medida Original	Alqueire
Ana Maria Jesus	1854	Águas Belas	Medida Ignorada	-
Antonio José Souza	1856	Candoi	1500x700 Braças	210
Antonio Rocha Loures	-	-	-	-
Antonio Sá Camargo	1855	Pinhão	11/2 Léguas	4.050
Atanagildo de Almeida	-	-	-	-
Atanagildo José Mendes	1855	Cambrão	400x200 Braças	16
	1855	Jordão	3 alqueires	3
Benedito Mendes Araújo	-	-	-	-

³ A partir da segunda metade do século XIX, e a fim de organizar a distribuição das terras devolutas e aquelas possuídas por título de sesmarias, o Governo Imperial promulga a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 que “*Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias nacionais e de estrangeiros*”. Entretanto, tal Lei somente foi regulamentada a partir do Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854 que “*Em virtude das autorizações concedidas pela Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, hei por bem que, para execução da mesma Lei, se observe o regulamento que com este baixa*”. www.webhistoria.com.br/lei1850.

Benjamim José Gonzaga	-	-	-	-
Bernardino José Lacerda	1856	Porcos	3 Léguas	16.200
	1856	Barra Alegre	¾Léguasx500braças	225
Clara Magdalena Santos	-	-	-	-
Domingos Floriano Machado	-	-	-	-
Domingos Inácio Araújo	-	-	-	-
Elias José Espírito Santo	1856	Jordão	600 braças	72
Francisco Aires Araújo	-	-	-	-
Francisco Antonio Rocha	-	-	-	-
Francisco Ferreira Rocha	-	-	-	-
Francisco Inácio Araújo Pimpão	-	-	-	-
Francisco Manoel Luz Franco	1857	Morro Alto	50 braças	-
Francisco Mendes Araújo	1856	Caracu	3 Léguas	16.200
Hermenegildo Alves Araújo	1855	Rio das Pedras	17 Alqueires	17
	1855	Loc. Ignorada	3/4x1/2léguas	675
	1855	Trindade	11/2léguas	4.050
	1857	Morro Alto	Chácara 300braças	18
	1857	Ao norte	Chácara 100braças	2
Ilegível	-	-	-	-
Jacinto Mendes Araújo	-	-	-	-
Jacó Dias Siqueira	1855	Capão Alto	2x1 Légua	3.600
Jerônimo José Caldas	1856	Pinhão	Medida Ignorada	-
	1856	Pinhão	¼ Légua	112
Joaquim Batista Santos	-	-	-	-
Joaquim José Souza	-	-	-	-
Joaquim Mateos	-	-	-	-
Joaquim José Lacerda	-	-	-	-
Joaquim Mateus Silva	1855	Três Capões	3 Terrenos s/medida	-
João Carvalho Assunção	-	-	-	-
João Lustosa Menezes	1856	Reserva	3x1 Légua	5.400
João Mendes Araújo	1856	Caracu	3 Léguas	16.200
José de Almeida	-	-	-	-
José Francisco	-	-	-	-
José Mendes Araújo	1856	Caracu	3 Léguas	16.200
José Siqueira Cortes	1856	Reserva	1 légua	1.800
	1857	Pinhão	Medida Ignorada	-
Lucas Santos Cardoso	1856	Cantagalo	2x1 Légua	3.600
Manoel de Souza	-	-	-	-
Manoel Mendes Araújo	1856	Fazenda	Medida Ignorada	-

	1856	Mandinga Jordão	2 léguas	7.200
Manuel Ferreira Santos	1855	Pinhão	Medida Ignorada	-
Pedro José Pereira	1856	Candoi	$\frac{3}{4}$ Léguas	1.350
Ponciano José Araújo	1856	Guavirova	Medida Ignorada	-
Silvério Antonio Oliveira	-	-	-	-
Teodoro Ferreira	-	-	-	-

Fonte: Livro de Registro de Terras do Vigário da Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

A medida original é aquela considerada nos registros do vigário. Quanto à conversão para alqueire, foram consideradas as seguintes equivalências: 1 alqueire paulista = 5.000 braças quadradas, ou 2,42 hectares e 24.200 m²; 1 braça = 10 palmos ou 2,2 metros e 1 légua = 3.000 braças ou 6.600 metros. Adotamos o alqueire paulista porque a Província do Paraná foi por muito tempo Comarca de São Paulo.

Apesar de não identificarmos o registro de terras para 23 proprietários, por isso o quadro apresenta os dados em branco, pelo quadro 12 podemos verificar que, dos 21 com tal registro, 5 não possuem registro das medidas da propriedade e 3 podem ser consideradas mais voltadas para a atividade de agricultura de alimentos, como é o caso da propriedade de Atanagildo José Mendes e de algumas partes da propriedade de Hermenegildo Alves de Araújo. Indicamos essas possibilidades ao compararmos as características da dimensão dessas propriedades com as de outras propriedades. No caso das propriedades do Rio das Pedras, do Morro Alto e de uma chácara de 100 braças, localizada ao norte de Guarapuava, de Hermenegildo Alves de Araújo, as dimensões se inserem nessas características acima. Isto é, o tamanho dessas posses é pequeno (37 alq.) ao compararmos com as grandes extensões de terras com mais de 1.000 alqueires. É o que acontece também com a propriedade de Atanagildo Mendes com aproximadamente 19 alqueires. Com esse tamanho nas propriedades não podemos afirmar que suas atividades estivessem voltadas para a criação de animais.

Treze proprietários que fazem parte dessa amostra, possuem posses de terra compatíveis com a atividade tanto de criação e invernagem de animais, como da lavoura de alimentos, visto a quantidade de terra que eles registraram no período. É o caso, por exemplo, do proprietário Antonio Sá Camargo com a posse de 4.020 alqueires, como também de Bernardino José de Lacerda com mais de 16.000 alqueires e da propriedade de Manoel Mendes de Araújo com mais do que 7.000 alqueires.

Com relação aos proprietários que não possuem registros de terras, é necessário avaliarmos algumas questões. Existem registros de terras que identificam de alguma forma propriedades que pertenceram em algum momento a esses indivíduos, visto que em alguns deles encontramos dados referentes não só à forma de compra e posse, mas vestígios de que foram terras pertencentes a eles, bem como dados que podemos definir como complementares ao registro e que também identificam a forma pela qual uma determinada propriedade foi adquirida.

Esse é o caso, por exemplo, de Antonio da Rocha Loures. Embora não possuísse registro de terras em seu nome, em 1856 o proprietário Francisco Alves da Rocha adquiriu no local denominado São João 1 légua em quadra dos herdeiros do Capitão Antonio da Rocha Loures.

Finalmente, a partir dos dados dos quadros 4 e 5, percebe-se que a ligação entre a propriedade de escravos e a ocupação na combinação criação/lavoura é muito forte. Comparando os dados desses proprietários de escravos com aqueles que não possuíam cativos, observa-se que, no caso do milho, a produção anual foi de 2.465 alqueires, enquanto que para os outros proprietários a produção foi de 3.090 alqueires. Considerando que encontramos nos registros 23 proprietários de escravos produzindo essa cultura, contra 74 proprietários de não cativos, o resultado médio para cada propriedade foi de 107,2 alqueires produzidos, contra um total de 41,7 alqueires produzidos pelos não proprietários de escravos.

Com relação à produção de animais, os proprietários de cativos produziram no ano o total de 3.754 cabeças, enquanto que os não proprietários de escravos produziram uma quantidade de 1.823. A produção de animais estava muito mais concentrada no gado vacum e no cavalari. Portanto, os proprietários de cativos apresentavam maiores condições quanto à produção e comercialização de sua produção do que as pessoas sem escravos em Guarapuava. Como hipótese, temos que essas propriedades, além de serem maiores, poderiam oferecer melhores condições com relação ao capital e ao trabalho.

Portanto, o caráter de fronteira de Guarapuava também se verifica com relação aos proprietários de cativos, pois a maioria deles eram homens, e com idade jovem. Percebe-se também que houve na primeira metade do XIX fortes migrações de proprietários, mas ao mesmo tempo verifica-se que algumas propriedades estavam se consolidando em Guarapuava, visto que das 16 existentes no ano de 1828, 10 continuavam na localidade no ano de 1835 (62,5%). Para o ano de 1835, das 30 propriedades registradas, 15 continuavam em Guarapuava no ano de 1840 (50,0%).

Com relação aos domicílios, a grande maioria era formada por aqueles caracterizados como “simples” e com filhos. Entretanto, é importante o crescimento dos domicílios de “absenteístas” durante os anos de 1828/1835. Essa foi uma das características dos proprietários em Guarapuava no início de seu povoamento, isto é, alguns proprietários possuíam outras propriedades fora de Guarapuava, muitos nos Campos Gerais, residindo, portanto naquelas propriedades. É o que se pode verificar ao verificarmos um trecho que fecha a lista de 1828;

*“Soma os fogoins dos sufragados(..), e povoadores existentes nesta Freg^a de N.S. de Bellen em Guarapuava, sincoenta e sinco. Emquanto os q` tem de sem mil Reis p^a sima contemplado nesta lista, he só o Alferes Manoel Mendes de Araújo, emquanto os mais não tem essa renda anual, porque os donos das maiores fazendas que se achão nestes campos são moradores na Freguezia de Palmeira”.*⁴

Outra questão com relação aos domicílios é o importante crescimento da participação dos agregados. As propriedades estavam também demandando esse tipo de mão-de-obra, o que sugere que tanto ela como a mão-de-obra escrava eram fundamentais para tocarem as atividades das propriedades. Além disso, ela era preferencialmente masculina e jovem, com razão de sexo superior àquela encontrada para os cativos. Finalmente, essas propriedades eram voltadas basicamente para as atividades de criação e da lavoura de alimentos, confirmado pelos registros de terras que demonstram o tamanho das posses para a maioria desses proprietários.

Na tabela 2 procura-se demonstrar algumas peculiaridades quanto ao patrimônio dos escravistas considerando por tamanho do plantel. A partir dos inventários nota-se que a maioria era composta por plantéis de 1 a 4 escravos (62,2%). No total apurado verifica-se que os valores monetários são próximos. Entretanto, não devemos perder de vista que o número de proprietários por plantel é muito desigual, o que transforma essa possível equivalência monetária em uma distribuição dos bens bastante diferenciada.

Tabela 2. Características do patrimônio a partir do tamanho do plantel (valor nominal) –

Guarapuava – segunda metade do século XIX				
Discriminação	1 a 4	5 a 9	10 ou +	Total (em réis)

⁴ Transcrição do trecho produzido pelos recenseadores referente à lista nominativa de habitantes do ano de 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

	Em réis	%	Em réis	%	Em réis	%	
. Raiz	174:046\$556	19,3%	156:835\$000	17,4%	176:090\$000	19,6%	506:971\$556
. Semoventes	62:080\$700	6,9%	80:115\$500	8,9%	85:833\$400	9,5%	228:029\$600
. Escravos	40:670\$000	4,5%	56:030\$000	6,2%	47:850\$000	5,3%	144:550\$000
. Dívidas Líquidas	(8:731\$163)	(1,0%)	18:536\$157	2,1%	1:779\$874	0,2%	11:584\$868
. Dívidas Ativas	3:256\$823	0,4%	30:080\$807	3,3%	2:995\$000	0,3%	36:332\$630
. Dívidas Passivas	(11:987\$986)	(1,3%)	(11:544\$650)	(1,3%)	(1:215\$126)	(0,1%)	(24:747\$762)
. Outros	5:002\$026	0,6%	2:380\$500	0,3%	-	-	7:382\$526
. Ouro/Prata	446\$000	-	192\$840	-	226\$400	-	865\$240
. Total	285:502\$105	31,7%	325:634\$647	36,2%	312:994\$800	34,8%	899:383\$822
. Proprietários	23	62,2%	10	27,0%	4	10,8%	37

Fonte: Processos de Inventário. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

Obs: O número de escravos com informação de preço foram de 54 para os plantéis de 1 a 4 , de 65 para 5 a 9 e de 57 para 10 ou mais.

Ao considerarmos individualmente as propriedades, verifica-se que do total dos bens arrolados, os proprietários com 1 a 4 escravos possuíam em média um valor patrimonial de aproximadamente 12:413\$000. No caso das propriedades com 5 a 9 cativos esse valor médio já pula para 32:563\$000, enquanto que as propriedades com 10 ou mais escravos esse valor é de 78:249\$000. No caso dos plantéis menores, das 23 propriedades, 7 delas possuíam bens que ultrapassaram a média dos valores apurados acima. É o caso, por exemplo, de Antonia Tavares de Miranda Lacerda, que possuía 4 escravos em sua propriedade e um importante valor para os bens de raiz (37:762\$000).

Para os plantéis com 5 a 9 escravos são quatro proprietários que possuíam bens com valores acima da média. O Padre Ponciano José de Araújo tinha bens no valor total de 57:192\$000. O ano da abertura de seu inventário foi em 1861 e esse valor foi um dos mais elevados de todos os processos analisados. Além do valor de seus escravos (3:780\$000), o Padre tinha bens de raiz no valor de 35:499\$000 e semoventes no total de 14:022\$000.

Eram dois os proprietários na faixa de 10 ou mais escravos que possuíam bens em valores superiores a média apurada. São eles Bernardino José de Lacerda que tinha 22 escravos em sua propriedade. Pela distribuição do valor de seus bens, permite inferir que era a propriedade que possuía a maior quantidade de cativos, bens de raiz e de semoventes. No total seus bens foram avaliados pelo valor de 136:483\$000. A outra

propriedade é de José de Siqueira Cortes que tinha um total de bens de 92:013\$000. Portanto, esses dois proprietários detinham por volta de 25,4% de toda a riqueza apurada pelos inventários.

Achamos importante descrever um pouco o valor apurado para as dívidas ativas, principalmente para os plantéis de 5 a 9 escravos. Encontra-se no processo de inventário de Candido José dos Santos Almeida o valor de 20:587\$966 representando aproximadamente 57% do total das dívidas ativas. Observa-se pela descrição das dívidas que alguns indivíduos de Guarapuava deviam quantias importantes ao inventariado. É o caso de José Joaquim de Almeida que devia o valor de 16:543\$000, como também de João Simão Gonçalves de Andrade com a quantia de 2:670\$000. Não se consegue definir com clareza o significado dessas dívidas, porém sugere que o proprietário tinha como prática financiar algumas atividades específicas para outras pessoas.

O que se percebe pelos dados das tabelas 1 e 2 é que os plantéis maiores possuíam melhores condições, visto a distribuição de suas escravarias, no que tange as possibilidades de formação de famílias escravas e de crescimento endógeno, como também detinham grande parcela da riqueza, em termos individuais. Ao mesmo tempo, percebe-se pela característica dos plantéis, isto é, média das propriedades na sua maioria entre 1 a 4 cativos, que havia uma distribuição mais equilibrada, no geral, quanto à distribuição dos bens, principalmente os de raiz, os semoventes e os escravos. Assim, ao avaliarmos os valores percentuais de cada item destes com relação ao total dos bens arrolados, considerando o tamanho dos plantéis, verifica-se que os plantéis com 1 a 4 escravos detinham, considerando esses bens, 31,7% do valor global. Enquanto isso, os plantéis com 5 a 9 escravos participam com 36,2% e os plantéis com 10 ou mais escravos com 34,8%.

3. A Propriedade

O quadro 6 procura demonstrar a composição, por tamanho do plantel, dos bens de raiz e dos semoventes dos proprietários de cativos. Procura-se descrever certas características dos bens de raiz a fim de identificar como estava composta a propriedade, isto é, se ela estava voltada mais para a pecuária, ou para a agricultura, ou mesmo as duas atividades. Primeiramente, observa-se que as propriedades com 10 ou mais cativos não apresenta na descrição desses bens áreas denominadas “capoeiras”. Parece que essa denominação se dava mais para àquelas áreas voltadas para uma

agricultura de alimentos e para o abastecimento da propriedade. É o que acontece, por exemplo, com as propriedades com um menor número de cativos. Tanto os plantéis com 1 a 4 escravos como os plantéis com 5 a 9 escravos possuem terras de “capoeira”

Em uma das propriedades com 10 ou mais cativos aparece na descrição de seus bens um “engenho” A propriedade era de Maximiliana Ferreira dos Santos, viúva de José de Siqueira Cortes. Na descrição dos bens de raiz o avaliador escreve que “*foi avaliado o terreno de agricultura a margem direita do rio Iguassu compreendendo o engenho e mais campos, cazas e mais benfeitorias*”.⁵ Portanto, havia em Guarapuava um certo dinamismo econômico que trazia outras possibilidades para os proprietários de cativos.

Um outro fato está relacionado com a produção de farinha de mandioca, pois nos autos de inventário de Joaquim José de Lacerda descreve-se que “*foi vista e avaliada uma cazinha para fazer farinha de mandioca*”.⁶ Assim, fica evidente que algumas propriedades na região produziam e beneficiavam o produto. Não temos maiores informações sobre a produção de farinha, porém não deixam de ser importantes esses dados sobre as possibilidades econômicas de Guarapuava na segunda metade do XIX.

Percebe-se que as propriedades menores possuíam um número de animais inferior ao daquelas que tinham a posse de um maior número de escravos e isso acontece de forma linear, ou seja, as propriedades com 1 a 4 escravos têm menos animais do que as propriedades com 5 a 9 escravos e estas menos do que aquelas com 10 ou mais escravos.

Quadro 6. Composição dos Bens de Raiz e Semoventes, valor nominal e deflacionado (em réis) de acordo com a faixa de tamanho dos plantéis – Guarapuava 1850/1880

Discriminação	1 a 4	5 a 9	10 ou +
Raiz	Campos, rincão de campo, capoeiras, 9 alqueires capoeira, 16 alqueires capoeira, 20 alqueires capoeira, 34 alqueires capoeira, terras de cultura, potreiro, matos, Faxinal, 105 braças de terra de lavar, 5	Fazendas, invernadas, rincão de campo, campos, matos, potreiros, 30 alqueires capoeira, 30 alqueires capoeira, 20 alqueires capoeira, 20 alqueires matos, pastagens, 4 alqueires	Campos, matos, fazendas, invernadas, terras de planta, engenho.

⁵ Descrição retirada do processo de inventário de Maximiliana Ferreira dos Santos, com termo de abertura na data de 08 de maio de 1872. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

⁶ Descrição retirada do processo de inventário de Joaquim José de Lacerda, com termo de abertura na data de 30 de julho de 1877. Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

	alqueires capoeira, pastagens, invernadas, fazendas, piquetes, pastos.	capoeira, campos de criar, 30 alqueires capoeira, terras de cultura, terras de lavrar, piquetes, produção farinha mandioca.	
Bens de Raiz (Valor Nominal)			
. Pecuária e agricultura			
. Pecuária	148:751\$220	144:335\$000	176:090\$000
. Agricultura	4:800\$000	12:500\$000	-
	20:495\$336	-	-
Bens de Raiz (Valor Deflacionado)			
. Pecuária e agricultura	39:650\$678	42:497\$574	48:060\$468
. Pecuária	771\$764	4:249\$380	-
. Agricultura	4:136\$703	-	-
Vacum	2.884	3.974	5.718
Cavalar	1.581	2.997	2.354
Muar	321	398	399
Ovino	13	136	-
Suíno	-	15	-
Total	4.799	7.520	8.471
Propriedades	23	10	4

Fonte: Processos de Inventário – Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

As propriedades com 1 a 4 escravos, em média, possuíam 208,6 animais em suas propriedades. Para as propriedades com 5 a 9 escravos, esse número atinge o valor de 752,0 e, finalmente, nas propriedades com 10 ou mais escravos, o número médio de animais é de 2.117,7. Portanto, podemos afirmar que existia uma relação direta entre o tamanho da posse de escravos e a riqueza da propriedade. Isso também pode ser confirmado ao verificarmos os bens de raiz de cada proprietário. Apesar de os registros de inventários serem pobres nesse sentido, pois não discriminam com detalhes o tamanho das propriedades, verifica-se que as propriedades menores possuíam menos escravos do que as propriedades maiores.

Os dados referentes à lista de 1835 permitem algumas considerações quanto à produção de alimentos de algumas propriedades. Dos 23 proprietários a que tivemos acesso, e considerando estudos já desenvolvidos quanto à média de consumo por alqueire/ano para um indivíduo, encontramos 43,5% das propriedades produzindo para consumo próprio. Portanto, provavelmente 56,5% das propriedades estavam produzindo para comercializar fora do raio de sua propriedade. Para chegarmos a esses números,

utilizamos como padrão de consumo 9 alqueires/ano, em média, por indivíduo. No total são 170 pessoas na amostra, as quais, consumindo 9 alqueires/ano, implicam 1.530 alqueires. No entanto, a produção total foi de 2.425 alqueires, o que perfaz um excedente de 895 alqueires. Isso representa 36,9% da produção/ano. Portanto, parece-nos que não se produzia somente para o consumo, apesar do cuidado que temos que ter quanto ao destino dessa produção, haja vista que parte dela poderia estar sendo utilizada para alimentação dos animais.⁷

Quanto aos bens de raiz, é necessário tecermos alguns comentários em relação à elaboração do quadro 6. Os valores nominais resultam do somatório de todos os valores retirados dos processos de inventário, considerando cada faixa de tamanho do plantel. No caso dos bens deflacionados, utilizamos como índice de preços aquele elaborado por Eulália M. Lobo⁸. Ressaltamos que definimos esse indicador em função do fato de que três índices foram trabalhados nesta pesquisa e todos eles seguiram a mesma tendência de alta de preços a partir da segunda metade do século XIX. Ressaltamos também que não consideramos absurdas essas conclusões tendo em vista que o período foi marcado por movimentos de alta dos preços dos alimentos, tanto interna como externamente.

Percebe-se pelos valores reais que a propriedade em Guarapuava estava não só atuando com mais intensidade nas atividades em conjunto da criação e da lavoura, pois a distribuição dos bens se concentra no período nessas duas atividades, bem como seus bens estavam mais valorizados. Apesar da aproximação, pois não devemos esquecer de outras variáveis que poderiam estar influenciando na avaliação e no tamanho das posses, é bastante pertinente o crescimento real de seus bens, visto que a economia local, pelo menos até meados da década de 70, ainda estava tendo reflexos da comercialização do gado.

Ao observarmos os valores deflacionados verifica-se que o total dos bens foi de 139:366\$567. Se distribuímos percentualmente por tamanho dos plantéis, temos que as propriedades com 1 a 4 cativos participam com 32%, as propriedades com 5 a 9 cativos com 33,5% e aquelas com 10 ou mais escravos participam com 34,5%. Portanto, como

⁷ Quanto ao consumo utilizado de 9 alqueires/ano por pessoa é importante esclarecermos o seguinte: Esse indicador se refere ao consumo de farinha de mandioca, porém os paralelos são possíveis, dado que um alqueire de milho ainda como grão tinha um peso parecido com o de alqueire de farinha de mandioca.

⁸ ZAKIA, Octavio Canavarros; GONÇALVES, Sonia; MADUREIRA, Lucena Barboosa e LOBO, Eulalia Maria L. “Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares”. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.24, nº 4, p.235/265, out/dez 1971. Nesse artigo os autores elaboraram tabela apresentando três índices de preços com ponderações diferentes. Utilizamos aqui a ponderação do ano de 1856, considerando como ano base 1850.

desenvolvido anteriormente, que aborda sobre a idade média, domicílio e ocupação dos proprietários de cativos, e apesar do peso individual dos proprietários de escravos na faixa de tamanho entre 10 ou mais cativos, havia uma distribuição mais equilibrada entre as faixas de tamanho dos plantéis com relação ao valor dos bens.

Quadro 7. Composição dos Bens de Raiz e Semoventes em (%) de acordo com a faixa de tamanho dos plantéis – Guarapuava 1850/1880

Discriminação	1 a 4 (%)	5 a 9 (%)	10 ou + (%)
Bens de Raiz – Valor Nominal:	100%	100%	100%
. Pecuária e Agricultura	85,5%	92,0%	100%
. Pecuária	2,8%	8,0%	-
. Agricultura	11,7%	-	-
Bens de Raiz – Valor Deflacionado:	100%	100%	100%
. Pecuária e Agricultura	89,0%	90,9%	100%
. Pecuária	1,7%	9,1%	-
. Agricultura	9,3%	-	-
Animais:	100%	100%	100%
. Vacum	60,1%	52,8%	67,5%
. Cavalari	32,9%	39,8%	27,8%
. Muar	6,7%	5,3%	4,7%
. Ovino	0,3%	1,8%	-
. Suíno	-	0,3%	-

Fonte: Processos de Inventário – Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

O quadro 7 procura acrescentar maiores informações sobre a participação dos bens de raiz e dos bens semoventes na composição dos plantéis. Apesar dos plantéis com 1 a 4 escravos distribuírem mais suas atividades entre a pecuária e a agricultura, ainda assim, as duas atividades em conjunto praticamente dominam o perfil econômico de Guarapuava. Para todas as faixas de tamanho do plantel o porcentual de pecuária e agricultura em conjunto perfaz entre 90% e 100%. Essa era uma importante característica da economia de Guarapuava, pois a grande maioria das propriedades tinha como referência a produção e comercialização do gado, bem como a agricultura de alimentos. Isso pode ser visto também através da participação dos bens semoventes. O gado vacum é o que possui a maior participação no conjunto dos animais nas propriedades, seja nos maiores ou nos menores plantéis.

4. Conclusão

A propriedade de escravos em Guarapuava sempre foi muito pequena e apesar disso, percebe-se que entre a primeira e a segunda metade do século XIX há o incremento no número médio de escravos nas propriedades. Em 1828, de 55 domicílios, 16 são de proprietários de escravos, o que perfaz 29,1%. Todas essas propriedades estavam envolvidas com as atividades locais integradas à criação de animais e à lavoura de alimentos. Em 1835, a participação dos escravistas foi de 20,3% e em 1840 se reduz para 18,2%.

Apesar desse pequeno número de proprietários de cativos em Guarapuava, se comparado com outros estudos com relação ao Paraná no mesmo período, verificamos que esse percentual de escravistas não foi tão pequeno assim, pois se no Paraná foi de 19%, conforme estudos de Gutierrez, em Guarapuava, como visto acima, no ano de 1828 chegou a ser de 29%. Mesmo considerando os anos seguintes verifica-se um percentual equivalente àqueles apresentados por outras localidades na região.

Essas propriedades também sofrem com o processo de migração, pois, das 16 registradas em 1828, 11 permanecem nos registros de 1835. Das 30 propriedades registradas neste ano, 18 são conseqüentes de migrações e 14 não reaparecem na lista de 1840. Por fim, neste ano, 10 propriedades são de novos proprietários. Confirma-se, assim, que os movimentos migratórios estão sendo fundamentais na configuração das propriedades locais.

A maioria das propriedades é chefiada por homens. A grande massa de proprietários era casada, havia poucos solteiros e nenhum viúvo, demonstrando, assim, a forte possibilidade de serem pessoas jovens, confirmado pela idade média dos proprietários. Além disso, percebe-se que a propriedade escrava em Guarapuava seria mais pertinente a partir da consolidação do casal, ou seja, existe uma relação direta entre o número de propriedades com escravos com domicílios formados por casais, com ou sem filhos.

As especificidades de fronteira determinavam as posses por indivíduos jovens e com intenção de consolidar seus domicílios, fazendo com que houvesse muitas migrações para a localidade. A diferença entre a idade média dos proprietários em 1840 em comparação com a idade média de 1828 é de apenas 5,2 anos, porém o intervalo é de 12 anos. Além disso, os proprietários com mais idade possuíam mais escravos do que os de menor idade.

Com relação à estrutura domiciliar, em 1828, a maioria era formada por casais com filhos (50%). O total de domicílios com agregados e escravos chega a 56%. Para o

ano de 1835, os resultados são diferentes, pois os domicílios de maior peso são aqueles formados por casais sem filhos, além do crescimento entre as propriedades formadas por absenteístas.

Já em 1840, as propriedades com agregados sobre para 19, perfazendo 63% dos domicílios. A predominância dos domicílios com casais com filhos é a tônica, com 65%. Em função disso, há redução significativa de domicílios formados por casais sem filhos e dos absenteístas. As propriedades com agregados e escravos cresce para 70%, revelando certa estratégia por parte dos proprietários de escravos em possuir também a mão-de-obra agregada. A maior parte das propriedades possuía essa mão-de-obra conjuntamente com a dos escravos.

Com relação às ocupações dos proprietários os dados não deixam dúvidas de que a maioria dos proprietários estava envolvida com a pecuária e criação, pois são 11 no total em 1828. Dos 30 proprietários de 1835, 27 também estavam envolvidos com a atividade de criação e da lavoura de alimentos. Em 1840 as atividades também estão relacionadas com a criação e a lavoura, apesar de mudanças com relação à diversificação das ocupações dos proprietários.

Em termos de escravaria média, as propriedades possuíam 2,7 escravos em 1828. Em 1835, ela se mantém em 2,7, mas em 1840 salta para 3,6. Movimentos intensos de migração alteram a posse de escravos, afetados pela dinâmica econômica, em face da expansão da fronteira. Há importante crescimento das mulheres nos plantéis no período de 1828/1835, superando os homens, assim, a posse média, que era de 0,9 em 1828 passa a ser de 1,3 em 1835 para as mulheres cativas. Na segunda metade do XIX a posse média foi de 6,7 em função do fortalecimento de suas atividades econômicas, bem como do intenso comércio de animais.

O comparativo de produção das propriedades com cativos demonstram que essas propriedades produziram mais do que aquelas sem cativos. Parece que eles apresentaram maiores condições quanto à produção e comercialização da produção, enquanto que a ligação entre a propriedade de escravos e a combinação criação/lavoura é muito forte.

Outro fator importante é com relação aos dados dos inventários quanto às propriedades com maior ou menor número de cativos. Isto é, a razão de sexo mostra que as propriedades menores possuíam maiores razões do que as maiores propriedades, indicando que as propriedades maiores tinham maiores possibilidades de arranjos familiares. A participação dos infantes também corroboram essas conclusões, pois nos

plantéis com maior número de cativos tinham um porcentual de crianças mais elevado do que aquelas propriedades com um número menor de cativos. Verifica-se que a escravaria nos plantéis menores era mais velha indicando dificuldades de inserção no mercado e possivelmente menores manumissões. Enquanto isso o indicador de taxa de dependência era mais baixa nos plantéis menores do que os plantéis maiores, indicando que a necessidade de aquisição via tráfico era maior.

Com relação ao patrimônio dos escravistas, aqueles com 1 a 4 escravos tinham em média um patrimônio inferior aos que possuíam 5 a 9 escravos e estes um patrimônio menor do que os plantéis com 10 ou mais escravos. Os plantéis maiores com certeza possuíam melhores condições tanto em relação à formação de famílias escravas, como de crescimento endógeno da escravaria. Além disso, detinham grande parcela da riqueza. Entretanto, ao verificarmos a distribuição da riqueza em seu conjunto, observa-se que havia em Guarapuava uma menor concentração dessa riqueza pelas propriedades, isto é, mais ou menos 1/3 dela estava distribuída por todas as propriedades. Isso significa que a distribuição do patrimônio pelas propriedades estava mais para a dispersão.

Por fim, as propriedades tiveram como características um certo dinamismo que traziam outras possibilidades para os seus proprietários. Essas possibilidades estavam relacionadas com suas atividades. Por exemplo, na maioria dos casos, percebe-se que os maiores valores referentes aos bens de raiz estão relacionados com as propriedades voltadas para a atividade da lavoura e da pecuária em conjunto. Uma outra questão relacionada com a quantidade de animais nas propriedades indica que as maiores escravarias possuíam um número mais elevado de animais do que as propriedades com as menores escravarias. Finalmente, é importante ressaltar que a partir de estudos quanto à média anual de consumo de milho na propriedade, verifica-se possibilidades de produção não só para o consumo, mas podendo ser comercializado fora do raio da propriedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Primárias

1.1.1 Fórum de Guarapuava. “Processos de Inventário”, Cartório da 1ª Vara Cível.

1.1.2 Arquivo do Departamento de História da UFPR

Lista Nominativa de Habitantes de Guarapuava, 1828.

Lista Nominativa de Habitantes de Guarapuava, 1835.

1.2.3 Biblioteca da Universidade Federal do Paraná

Lista Nominativa de Habitantes de Guarapuava, 1840.

ABREU, ALCIOLY T.G. *A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná. 1986.

BARICKMAN, B.J. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881)*. Revista Afro-Ásia, 21-22, 1998-1999, 177-238.

_____. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria X. L. de A Borges. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, HEBE MARIA MATTOS DE. *Ao sul da história*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987.

DEAN, WARREN. *Rio Claro – um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

FRAGOSO, JOÃO LUIS RIBEIRO. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920: um estudo das relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. Dissertação de Mestrado.

FRANCO NETTO, FERNANDO. *Senhores e escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850-1880)*. Guarapuava, PR, UNICENTRO/UNESP, 2000. Dissertação de Mestrado.

GUTIERREZ, Horácio. “*Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*” Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1986.

LUNA, FRANCISCO VIDAL. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. Estudos Econômicos, São Paulo, 13(1), jan/abr, 1983.

LINHARES, MARIA Y. L. *Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro. Tempo, Vol. I – Artigo, 1996.

MARCONDES, RENATO LEITE. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998.

MOTTA, JOSÉ FLÁVIO. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

SAMPAIO, ANTONIO JUCÁ DE. *A família escrava e a agricultura mercantil de alimentos: Magé, 1850-1872*. População e Família. São Paulo, V. 1, Nº 1, P. 119-141, jan/jun, 1998.

ZAKIA, Octavio Canavarros; GONÇALVES, Sonia; MADUREIRA, Lucena Barboosa e LOBO, Eulalia Maria L. “*Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares*”. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.24, nº 4, out/dez 1971.